ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL
DECRETO Nº 1.188, DE 7 DE JUNHO DE 2018.

Institui Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis - CPABI para o caso de compras, locações, alienações e investimentos na forma que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUCURUTU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de atribuições legais que lhe foram conferidas pelo inciso V do artigo 49 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis - CPABI para fins de compra, locação, alienação e investimentos que tenham por objeto imóvel público ou particular, constituindo órgão consultivo e deliberativo de assessoramento ao Poder Executivo Municipal e tendo as atribuições constantes deste Decreto.

Art. 2º A Comissão será composta por, no mínimo, 03 (três) membros nomeados através de portaria expedida pelo Prefeito Municipal, devendo obrigatoriamente constar dentre eles:

- 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Finanças e Arrecadação;
- 01 (um) representante da Secretaria Municipal Obras e Serviços Urbanos.

§1º Pelo menos dois membros deverão ser servidores efetivos.

§2º Pelo menos um membro da comissão deverá ser profissional de engenharia ou arquiteto do quadro efetivo da prefeitura, devidamente inscrito no CREA.

Art. 3º Considerando que, nos termos da Resolução 345/90 do CONFEA, as avaliações, arbitramentos, vistorias e perícias são atribuições privativas de profissionais inscritos no CREA, os componentes da comissão que não detenham competência para a elaboração dos laudos resultantes das avaliações deverão auxiliar aqueles que a detêm, provendo elementos de informação que sirvam de subsídio para as conclusões desses pareceristas.

Art. 4º São atribuições da CPABI:

- Avaliar imóveis públicos e privados na circunscrição do município de Jucurutu para fins de compra, venda, doação, permuta, dação em pagamento, desapropriação, comodato, locação, instituição de servidões ou quaisquer outras hipóteses em que haja a transferência onerosa da posse ou da propriedade do imóvel entre duas pessoas, sejam elas físicas ou jurídicas;
- Avaliar áreas urbanas remanescentes de obras públicas ou resultantes de modificações de alinhamentos;
- Verificar a compatibilidade do valor locatício pretendido pelo proprietário em relação ao mercado imobiliário local nas hipóteses deste artigo;
- Reavaliar bens imóveis objeto de processos de desapropriação ainda não liquidados, quando solicitado pelo órgão;
- Sugerir medidas, apresentando os subsídios necessários à tomada de decisão pelo Prefeito Municipal, inclusive sobre a contratação de perícias e laudos considerados necessários;

– Elaborar laudo de avaliação, detalhando as condições e características do imóvel para respaldar o município quanto ao seu real valor de mercado.

Parágrafo único. Para cumprir os objetivos fixados neste artigo, a comissão permanente de avaliação levará em conta o preço praticado no mercado imobiliário, mediante pesquisa em imobiliárias, avaliadores e demais profissionais idôneos, bem como a localização do imóvel e o estado de conservação de suas edificações e benfeitorias.

Art. 5º Os laudos de avaliação deverão ser elaborados de acordo com a NBR 14653 da ABNT e norma técnica do IBAPE – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia.

Parágrafo único. A Comissão poderá solicitar a contratação de peritos externos nos casos em que a complexidade da avaliação assim o requeira, utilizando os laudos contratados para a composição da avaliação.

Art. 6º Os “Laudos de Avaliação” e demais documentos técnicos serão elaborados e assinados pelos profissionais habilitados e inscritos no CREA nomeados para compor a comissão.

Art. 7º Os serviços de avaliação aos quais se refere este Decreto serão prestados sem ônus aos cofres municipais, sendo utilizados profissionais do próprio quadro funcional.

Art. 8º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE JUCURUTU/RN, aos 07 dias do mês de junho do ano de 2018.

VALDIR MEDEIROS AZEVEDO

Prefeito Municipal

Publicado por:

Adely Cristina Martins de Araujo

Código Identificador:4F426EB7

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 13/06/2018. Edição 1787

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<http://www.diariomunicipal.com.br/femurn/>